

Procedimento por ajuste direto com convite a uma entidade

Referência: N.º 13/IAVE/2022

Convite

**Aquisição de Serviços de Encarregado de Proteção de Dados – EPD
ao Instituto de Avaliação Educativa, IP**

Introdução

O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Avaliação Educativa, I.P., de acordo com o disposto no artigo 112.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, convida-se V. Ex.ª a apresentar uma proposta, no âmbito do procedimento por ajuste direto regime geral, para a aquisição de **serviços de Encarregado da Proteção de Dados ao Instituto de avaliação Educativa, I.P.**, ao abrigo do disposto no artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.

Referência: Nº 13/IAVE/2022

Data: 1/08/2022

Data Limite para receção da proposta: 5/08/2022

I - Objeto do convite

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de **serviços de Encarregado da Proteção de Dados para Instituto de avaliação Educativa, I.P.**
2. Os serviços a adquirir estão descritos nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

II - Entidade Adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Estado Português através do Instituto de Avaliação Educativa, I.P., abreviadamente designado IAVE, I.P., com sede na Travessa das Terras de Santana, nº 15, em 1250-269 Lisboa, com o número de telefone 213895200, e com o e-mail: iave-direcao@iave.pt.

III – Decisão de Contratar

1. A decisão de contratar e autorizar a despesa é da competência do Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Avaliação Educativa, I.P., nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força da alínea f) do artigo 14.º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e nos termos dos artigos 36.º, 38.º, todos do CCP, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
2. A decisão de contratar foi tomada por despacho do Presidente do Conselho Diretivo, Dr. Luís Pereira dos Santos, em 20.07.2022.
3. A escolha do procedimento por ajuste direto regime geral fundamenta-se no disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP;

IV – Pedidos de esclarecimentos

1. De acordo com o disposto no artigo 116.º do CCP, na sua atual redação, os esclarecimentos sobre as peças do presente procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas efetuadas, até ao dia anterior ao termo do prazo para a apresentação da proposta;
2. Deverão enviar os pedidos de esclarecimento através do email cristina.tavares@iave.pt
3. O órgão que autorizou a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no número anterior.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos no número 1 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

V – Critério de Adjudicação

O critério de adjudicação é monofator, densificado pelo fator preço.

1. O preço contratual dos serviços a adquirir deverá ser indicado por algarismos e por extenso, sem inclusão do IVA.
2. A proposta deverá referir que aos preços mencionados nos números anteriores acresce o IVA, indicando os respetivos valores e taxa legal aplicável.

VI – Proposta e documentos exigidos

1. Nos termos do disposto no artigo 146º do CCP, são excluídas as propostas que não cumpram o determinado neste capítulo.
2. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, a qual deve ser obrigatoriamente instruída de acordo com o caderno de encargos.
3. Elementos a indicar **obrigatoriamente** na proposta:
 - a) Referência do procedimento;
 - b) Nome do concorrente;
 - c) Preço;
 - e) Condições de pagamento;
 - f) Prazo de validade da proposta;
 - g) Data e assinatura.
5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais.
6. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com a alínea a) do nº1 do artigo 57º do CCP.
 - b) Integra também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da mesma.

- c) No caso de se verificar que a proposta apresente um preço anormalmente baixo, nos termos do artigo 71.º do CCP, deve o concorrente apresentar, obrigatoriamente, documento onde preste esclarecimentos justificativos relativos aos elementos constitutivos da proposta que estão na origem do preço anormalmente baixo.

VII – Documentos de Habilitação

O concorrente deve apresentar no prazo de cinco dias após a notificação da adjudicação os seguintes documentos:

- a. Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP (no caso de pessoas coletivas documentos de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções);
- b. Fotocópia da Certidão do Registo Comercial da empresa, ou cópia/senha de acesso da certidão permanente;
- c. Fotocópia do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade de quem tem poderes para outorgar o contrato.
- d. Anexo II ao Caderno de Encargos- modelo anexo a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.

IX – Outorga do Contrato

O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito nos termos do artigo 94.º e 96º do CCP, e outorgado após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

XI – Legislação Aplicável

Em tudo o que for omissa no presente Convite, observar-se-á o disposto no Caderno de Encargos no CCP e na demais legislação e regulamentação aplicável.